

ARQUIVO, MEMÓRIA e INSTITUIÇÕES: estudo de caso da Cátedra Memória-Instituto Cultural ESPM

Mônica Rebecca Ferrari Nunes¹

monicarfnunes@espm.br

Débora Regina Bacega²

deborabacega@gmail.com

Resumo

Este artigo pretende apresentar as relações entre arquivo, memória e instituições no que diz respeito aos seus desdobramentos na concepção de projetos memoriais, seja em organizações ou empresas na esfera pública ou privada. Identifica-se a composição de acervos empresariais com a colaboração de historiadores-arquivistas no cenário brasileiro a partir da década de 1970. Destaca-se também a influência do processo de redemocratização no país na criação formal de centros de memória de instituições públicas ou privadas. No início dos anos 1990, pode-se afirmar que a regulamentação da Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados concebe novos rumos à temática, que passa a ter legislação específica no Brasil. Na passagem dos últimos vinte anos, percebe-se uma maior preocupação com a digitalização de acervos e o entendimento de que a memória também pode corroborar com a identidade, a reputação e a responsabilidade histórica e sociocultural das instituições. Conceitualmente, a criação de acervos pressupõe os referenciais que justificaram tanto a produção quanto a guarda de seus documentos (CAMARGO, GOULART, 2015), resultando em possíveis agrupamentos como audiovisual ou videoteca, bibliográfico, cultura material, museológico, fotográfico, referência, textual permanente, coleções e banco de depoimentos (TOTINI, GAGETE, 2004). A partir desses aportes teóricos, observa-se a constituição de acervos temáticos tanto em formatos físicos quanto virtuais que se originam graças à criação de centros de memória conforme Camargo e Goulart (2015) ou de cátedras de acordo com o estudo de caso apresentado. Nesses ambientes híbridos, compreende-se iniciativas de preservação e valorização do patrimônio e da memória. Como objeto empírico apresenta-se a Cátedra Memória-Instituto Cultural ESPM criada pela Pró-Reitoria de Pesquisa desta Instituição de Ensino Superior em 2017. Desde então, a Cátedra desenvolve paulatinamente ações de tratamento, preservação, transmissão e circulação de acervos que reúnem peças publicitárias, revistas impressas de vários segmentos, coleções, material audiovisual, fotografias, entre outros suportes e linguagens que representam parte da memória midiática nacional. As atuações da Cátedra se dão conjuntamente com a Biblioteca da escola. Os acervos são também

¹ ESPM, São Paulo/SP, Brasil.

² ESPM, São Paulo/SP, Brasil.

objetos de pesquisas acadêmicas e socioestéticas levadas a cabo por discentes (SADO, 2020) e grupos de pesquisa da instituição em seus campi de São Paulo e Rio de Janeiro. Este trabalho compreende o projeto, as realizações e as iniciativas da Cátedra, como a parceria com a plataforma Google Arts & Culture para a exposição de uma coleção de primeiros exemplares de revistas publicadas a partir de 1912, doadas por um ex-conselheiro da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), conhecida como Coleção nº1. A Cátedra constitui um exemplo de projeto de extensão universitária voltado à memória midiática e institucional que se pretende compartilhar com a sociedade. Neste sentido, apresenta-se conceitos históricos, entre eles, testemunho e arquivo segundo Ricoeur (2007) e Colombo (1991); sociológicos e comunicacionais como a produção social da memória na semiosfera (GONDAR, DODEBEI, 2005; LOTMAN, 1996). Compreende-se a dimensão plural e os desafios que envolvem os projetos memoriais tais quais incompletudes, esquecimentos, silenciamentos e imperfeições que orbitam em torno de acervos e arquivos. Espera-se demonstrar a importância dessas iniciativas para a formação e sustentação da memória institucional.

Palavras-chave: Memória. Arquivo. Instituições. Cátedra Memória-Instituto Cultural ESPM.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho parte de experiência vivenciada em âmbito educacional, na Escola de Propaganda e Marketing, ESPM, em São Paulo. Em 2017 a Pró-Reitoria de Pesquisa *Stricto Sensu*, sob a direção de Cristina Helena de Melo Pinto, implantou a Cátedra Memória-Instituto Cultural ESPM com o objetivo de salvaguardar um acervo bastante expressivo de materiais verbovocovisuais doados ao instituto cultural da universidade. Na ocasião, essa massa documental não estava catalogada e digitalizada para ingressar no sistema Pergamum – sistema informatizado de gerenciamento de dados direcionado aos diversos tipos de centros de informação utilizados em inúmeras bibliotecas em todo o país, entre as quais, a da ESPM – e, portanto, indisponíveis à consulta pública.

Encontramos no espaço destinado a este instituto, desativado em meados dos anos 2000, documentos da própria escola, como folders de cursos oferecidos, fotografias de eventos, informativos de vestibular, etc, e também voltados à própria história das mídias, como revistas impressas consagradas, algumas raras, tais quais *O Cruzeiro*, *Grande Hotel*, *Revista do Rádio*, entre outras. Exemplares de gêneros diversos, de Publicidade e Propaganda, de Marketing, séries de livros voltados à liberdade de

expressão e coleções particulares doadas por conselheiros da escola, fitas cassetes e de videocassetes compõem este manancial de informações. Somam-se a este material impresso e audiovisual também troféus e outros prêmios obtidos durante a longa trajetória da escola, mas ainda necessitando de tratamento informacional.

A criação da Cátedra demonstra o reconhecimento da importância histórica e memorialística desse material e nasce com a tarefa de organizá-lo – o que significa dizer que é uma empreitada impossível de ser levada a cabo de modo isolado. Nesse sentido, outras instâncias da universidade atuam em conjunto, como a Biblioteca e a própria Pró-Reitoria de Pesquisa da escola. Por intermédio de políticas institucionais, como atribuição de bolsas, estimula-se estudantes a participarem dos projetos em desenvolvimento na Cátedra, tais quais bolsas de mestrado e de monitoria científica concedidas mediante edital e adequação do pesquisador iniciante ao perfil necessário para o trabalho. Ações de tratamento, preservação, transmissão e circulação dos acervos e parcerias com empresas de comunicação integram atualmente o escopo de atuação da Cátedra Memória-Instituto Cultural ESPM. Os acervos são também objetos de pesquisas acadêmicas (SADO, 2020) e socioestéticas levadas a cabo por discentes e grupos de pesquisa da escola em seus campi de São Paulo e Rio de Janeiro, nomeadamente pelos grupos Mnemon (CNPq/ESPM) e Lembrar (CNPq/ESPM-Rio).

A Cátedra constitui exemplo de projeto de extensão universitária voltado à memória midiática e institucional que se pretende compartilhar com a sociedade. A fim de demonstrar o valor de tal iniciativa, o artigo apresenta conceitos históricos, sociológicos, comunicacionais além de tangenciar as práticas arquivísticas considerando o caráter transdisciplinar do campo teórico da memória cujo entendimento é preponderante para o avanço das pesquisas propostas. Apresenta-se, na condição de objeto empírico do artigo, o projeto, as iniciativas e as realizações da Cátedra.

Compreende-se a dimensão plural e os desafios que envolvem os projetos memoriais tais quais incompletudes, esquecimentos, silenciamentos e imperfeições que orbitam em torno de acervos e arquivos. O artigo divide-se em três seções, excetuando a introdução e considerações finais: arquivo e memória; memória, arquivo e instituições; Cátedra Memória-Instituto Cultural ESPM.

2 ARQUIVO E MEMÓRIA

Importante remarcar que refletimos sobre arquivo e memória sob a perspectiva comunicacional e de seus atravessamentos teóricos. Nosso campo de atuação acadêmica não é a Arquivística. Interessa-nos a possibilidade de pensar as interrelações entre arquivo- memória- instituições para o entendimento do caso proposto com base em uma constelação de autores que conectam a lógica arquivística a problemáticas da memória social.

O sociólogo Fausto Colombo, em *Arquivos Imperfeitos* (1991), localiza na origem da mnemotécnica a lógica de um saber arquivístico. A mnemotécnica inventada pelo lendário poeta Simônides, de Ceo, narrada em *De Oratore* (55 a.C.) por Marcus Tullius Cícero (106 a.C – 43 a.C), revela o mítico nascimento da Arte da Memória. Simônides chamado ao banquete do nobre Escopas, da Tessália, recitou uma ode em homenagem ao anfitrião, porém homenageia igualmente os deuses Castor e Pólux, filhos de Júpiter. Escopas se ressentia pela intrusão e não concordava em pagar a totalidade do combinado para a apresentação. Logo a seguir, o poeta é chamado à porta do palácio quando a edificação desmorona soterrando todos os convivas. Entretanto Simônides pode se lembrar de onde os comensais estavam sentados, associando a imagem de cada um aos lugares ocupados à mesa. Cria-se os princípios da memória artificial ou mnemotécnica: as lembranças das imagens, necessárias à memória, e um princípio de organização dessas imagens: os lugares (COLOMBO, 1991).

Para Colombo, a lógica arquivística, já presente na mnemotécnica utilizada pelos oradores romanos, está pautada, entre outras condições, no armazenamento correto da informação para facilitar o itinerário da lembrança. O sociólogo italiano afirma que arquivos são construídos como estratégias contra o esquecimento, contra a perda da lembrança. Entretanto, reconhece que tal empreitada será sempre incompleta, como sugere o título de sua obra, *Arquivos Imperfeitos*. Do mesmo modo, Pierre Nora, citado em Ricoeur (2007) afirma: “arquite! Arquive! E sempre sobrar algo”. O sonho de um arquivamento total e incorruptível, mesmo com as máquinas, culmina com o fracasso, ainda que haja desejo por toda a memória.

Além da relação memória-esquecimento presente na sociedade hoje, que tudo pode gravar para arquivar de modo a caracterizarmos nossa cultura como uma cultura da

memória (Huysse, 2000), os arquivos revelam outra associação importante: a passagem da memória declarativa para a memória arquivada. E nesta travessia, os arquivos realizam tanto uma operação técnica quanto historiográfica.

Vamos aos poucos. É preciso compreender a etimologia do arquivo e o que ela nos traz. Jacques Derrida (2001) remete-se à palavra arquivo, *arkhê*, para apresentar duas lógicas que permeiam o conceito: o lugar e a lei, uma ordenação. A forma latina *archivum* deriva do *arkheiôn* grego, que era a casa dos arcontes, título atribuído aos membros de uma assembleia de nobres na Atenas antiga. Na casa dos arcontes, guardavam-se documentos oficiais.

Essa função arcôntica impõe um princípio de reunião em algum lugar externo que permite a memorização, possibilita a repetição, a reprodução ou impressão. Mesmo que o arquivo permita a memorização, Paul Ricoeur (2007) e Derrida (2001) consideram-no da ordem do hipomnésico, isto é, suporte protético que sempre será externo à memória. Muito diferente da memória vivida.

A externalidade do arquivo pode encontrar correlato nas noções trazidas por Michel De Certeau (1986), ao mostrar que os arquivos modernos nascidos na Itália renascentista, financiados pelos mecenas, mostram-se como complexos técnicos, isto é: combinação de eruditos, lugares (como as bibliotecas) e práticas (técnicas de copiagem, impressão). Lugares simultaneamente físicos, aptos a abrigar conjuntos de rastros documentais, e sociais, pois dizem respeito ao ato de arquivamento, e, neste sentido, fala ao que pode ou não ser arquivado, indicando já o que pode vir a ser memória arquivada, revelando nessa construção mnêmica disputas e tensões presentes no tecido sócio-histórico e político.

A operação técnica de arquivar pressupõe, como adverte De Certeau, uma perversão do tempo, isto é, uma transformação naquilo mesmo que foi arquivado, adquirindo outro uso. Arquivos dão voz a documentos que estão adormecidos, em estado de orfandade, parafraseando Ricoeur (2007). Esse complexo técnico, que é o arquivo, também mostra o enredamento de várias instâncias da memória, pois parte do sujeito que lembra, que declara suas recordações – podendo ser chamado de testemunho, e chega ao documento que sofreu uma operação arquivar: inserido em uma ordem, incluindo aí separação,

reunião, classificação para que esta massa documental seja enfim preservada e considerada uma prova documental de que algo existiu.

A memória declarativa passa a ser arquivada. Assiste-se a uma mutação da memória viva com a passagem do testemunho falado ao que fica arquivado, aos documentos escritos – pensamos no sentido amplo de uma escritura – inclusive como escritura audiovisual, computadorizada, etc. No arquivo, os documentos escritos contêm os rastros dos testemunhos. Sabe-se que há rastros que não são testemunhos escritos, mas sim materialidades das culturas, vestígios do passado como ferramentas, moedas, lascos, objetos funerários. Testemunhos não escritos, como nomeou o historiador Marc Bloch ou indícios, segundo Carlo Guinzburg.

Todos esses elementos, testemunhos, indícios materiais, materiais audiovisuais, etc ganham outro estatuto: documentos arquivados. Como bem sinalizou Jacques Le Goff (1992), documentos não são inócuos. São resultados de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, das sociedades que os produziram em que relações de poder e jogos de força simbólicas ficam mais ou menos explicitadas. Resultam igualmente das épocas sucessivas durante as quais o documento continuou a viver, por vezes esquecido.

Le Goff cria uma categoria mista para o documento: documento e monumento porque fruto do esforço de uma sociedade para impor a imagem dela mesma. Ou como demonstraremos aqui, sobre a imagem que uma instituição constrói de si para o futuro. No limite, não existe um documento verdade. Todo documento é uma mentira (LE GOFF, 1992). Do mesmo modo que Le Goff salienta que o documento é ao mesmo tempo verdadeiro – incluindo os falsos – e falso porque um monumento é uma roupagem, uma montagem, Paul Ricoeur admite que os documentos só falam quando lhes pedem para que sejam verificados com perguntas. Adverte sobre a necessidade de confrontar os testemunhos e reforça que não existe objeto histórico e conhecimento histórico sem perguntas.

Tudo isso nos diz que será o arquivista, o historiador, o pesquisador o criador desse complexo técnico e histórico chamado arquivo. Entendemos que a operação arquivada aponta para uma memória do futuro, por vir, e não se refere ao passado congelado e a uma memória marmórea.

Nosso desafio com o trabalho da Cátedra Memória Instituto Cultural ESPM está atravessado por estas concepções e dividido em várias etapas metodológicas. Aqui trazemos algumas delas: a primeira é entender como as instituições organizam suas memórias em arquivos – objeto da próxima seção; a segunda, voltada para quais perguntas podemos fazer para a massa de informações que são potencialmente documentos da memória midiática brasileira disponíveis no antigo instituto da escola; a terceira diz respeito a tal articulação com a memória da própria ESPM e a imagem que ela constrói de si mesma por meio de seus arquivos – o que se pretende exibir na última parte deste artigo.

3 MEMÓRIA, ARQUIVO E INSTITUIÇÕES

Quando ampliamos a nossa discussão para memória, arquivo e instituições, compreendemos a relevância da história empresarial enquanto campo de estudo no início do século XX tanto nos Estados Unidos quanto na Europa. Nesse ínterim, destacamos as atividades relacionadas à preservação dos acervos de fundadores de organizações de modo que a criação de arquivos pessoais vai fomentar, paulatinamente, também a composição de acervos empresariais tanto para fins de estratégicos quanto para a sua difusão em futuras pesquisas acadêmicas.

Dessa maneira, tem sido comum a cooperação entre pesquisadores e gestores de arquivos institucionais também no âmbito do contexto brasileiro, principalmente, a partir da década de 1970, quando podemos identificar a composição de acervos empresariais graças à presença de uma estrutura organizacional formada por historiadores-arquivistas (TOTINI, GAGETE, 2004). Nesse sentido, destaca-se a criação do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) sob responsabilidade da FGV em 1973, que, atualmente, apresenta em seu acervo mais de 1,8 milhão de documentos pessoais e entrevistas de figuras públicas brasileiras disponíveis para consulta de pesquisadores¹.

Somado a essa iniciativa, ainda pensando em uma sucinta exposição de fatores que influenciaram a constituição de arquivos institucionais, podemos ressaltar o impacto do processo de redemocratização no país, em meados dos anos 1980. Esse movimento

histórico e sociocultural evidencia a relevância de políticas de preservação da memória pública e privada. Observa-se, naquele momento, a criação formal de alguns centros de memória relacionados a clubes esportivos, universidades, escolas, igrejas, partidos políticos, sindicatos, entidades e empresas (CAMARGO, GOULART, 2015).

Já na década de 1990, podemos afirmar que a criação da Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados concebe novos rumos à temática, que passa a ter legislação² específica no Brasil. Nesse sentido, a iniciativa brasileira é tributária da iniciativa francesa em relação à temática dos arquivos. O historiador Paul Ricoeur (2007, p. 178-179) nos aponta que a lei francesa de 1979 conceitua arquivo como o “conjunto dos documentos, independentemente de sua data, de sua forma e de seu suporte material, produzidos ou recebidos por toda pessoa física ou jurídica e por todo serviço ou órgão público ou privado no exercício de sua atividade”. Tal regulamentação ainda estabeleceu três idades arquivísticas (arquivos correntes, intermediários e permanentes) e regras de sigilo (30, 60, 100, 120 anos) de acordo com a tipologia dos documentos. Essa lei sofre alterações em 1983, tendo sido, posteriormente, atualizada em 2008 (BOISDEFFRE, 2009).

Dando continuidade à nossa discussão, percebemos que as privatizações, as fusões ou as aquisições intensificam a importância da relação entre memória e gestão do conhecimento (formal e tácito) no ambiente das organizações brasileiras. Nessa toada, podemos destacar que determinados acervos podem ser ora preservados ora descartados durante os processos de remodelação e/ou reestruturação institucional. Em certo sentido, essa dinâmica também compreende a dimensão política da memória enquanto objeto de seleção e disputas (POLLAK, 1989) também no contexto empresarial.

Conceitualmente, a criação de acervos pressupõe os referenciais que justificaram tanto a produção quanto a guarda de seus documentos (CAMARGO, GOULART, 2015), resultando em possíveis agrupamentos como audiovisual ou videoteca, bibliográfico, cultura material, museológico, fotográfico, referência, textual permanente, coleções e banco de depoimentos (TOTINI, GAGETE, 2004). Apesar de apontarem os traços distintivos entre arquivos, acervos e bibliotecas em relação às suas funções específicas, Camargo e Goulart (2015, p. 21) acreditam que “o uso crescente de recursos digitais” pode, em certa medida, levar à dissolução das “barreiras existentes

entre as três áreas”. Tal prognóstico vem sendo compartilhado pelos profissionais dessas áreas, de acordo com as pesquisadoras, também por conta da ênfase dada à criação de plataformas capazes de compatibilizar diferentes bases de dados com o intuito de atender o usuário por meio de um único comando. As pesquisadoras ainda sinalizam que a palavra “centro”, referindo-se aos centros de memória, remete àquilo que não se dispersa, mas que se concentra. (CAMARGO, GOULART, 2015). Podemos elencar alguns centros de memória fundados, entre eles: Centro de Memória Fundação Hermann Hering (1980), Memória da Eletricidade - Eletrobrás (1986), Centro de Memória IBGE (1986), Memória Klabin (1989), Centro de Memória Bunge – Fundação Bunge (1994), Centro de Memória B3 (BM&FBovespa) (1996), Memória Globo (1999), Centro Memória Votorantim – Grupo Votorantim (2003), Centro de Memória Bosch – Instituto Robert Bosch (2003).

Nesse sentido, nos últimos vinte anos, percebe-se uma maior preocupação com a digitalização de acervos e o entendimento de que a memória também pode corroborar com a identidade, a reputação e a responsabilidade histórica e sociocultural das instituições. Dessa forma, a memória institucional passa a ser explorada também em peças comunicacionais de marcas ou empresas além de se tornar, cada vez mais, presente nas ambiências digitais. Em outras palavras, os arquivos se movimentam e a memória se constrói nos mais diversos formatos. Assim, apontamos que a tríade memória, arquivo e instituições, enquanto difusores de identidade e responsabilidade sociocultural, podem sustentar tanto a preservação quanto a conservação de acervos temáticos em formatos físicos ou virtuais graças à criação de centros de memória ou de cátedras.

4 CÁTEDRA MEMÓRIA- INSTITUTO CULTURAL ESPM

A criação da Cátedra Memória- Instituto Cultural ESPM, como dito na introdução, é uma iniciativa da Pró-Reitoria de Pesquisa Stricto-Sensu da ESPM datada de 2017. Ao sermos convidadas a conduzir este trabalho institucional por meio das atividades de coordenação da Cátedra, tomamos contato com o material disposto no segundo andar do prédio da biblioteca da escola ainda de modo exploratório. Uma das autoras deste

artigo, elaborou projeto de extensão universitária cujo objetivo geral é o de pré-catalogar, catalogar e prover a inserção destes documentos no sistema de dados da Biblioteca da ESPM, disponibilizando o acervo para o público em geral. Como objetivos específicos, encontram-se: fomentar pesquisa científica quer para graduação quer para pós-graduação (lato e stricto-sensu); promover trabalhos científicos, artísticos e técnicos; gerar ações de impacto social para além dos muros da academia. Entretanto, para cumprir tais metas é preciso a parceria com outras instâncias da escola, como a Biblioteca – que responde por treinamentos e ajudas operacionais, e, também com a área de Marketing.

A primeira ação institucional foi a implementação de bolsa de estudo, em nível de mestrado, para que algum discente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Comunicação e Práticas de Consumo (PPGCOM-ESPM) se disponibilizasse a trabalhar com aquele material. Flávia Protta Sado (SADO, 2020) que apresentara no processo seletivo do PPGCOM 2018, como quesito parcial, pré-projeto de pesquisa voltado ao design editorial e consumo foi convidada para integrar o projeto sob orientação de uma das autoras deste artigo. Logo, Flávia aproximou-se das discussões conceituais sobre memória e iniciou pesquisa exploratória junto ao acervo do antigo instituto.

De suas incursões, a jovem aproximou-se de uma coleção de primeiros exemplares de revistas impressas, com 995 fascículos, publicadas entre 1947 e 2015, doadas por um ex- conselheiro da escola, José Francisco Queiroz, batizada como Coleção nº 1. A coleção estava reunida no segundo andar da biblioteca, porém, como todos os outros materiais, não estava catalogada tampouco disponível para consulta. Era um documento órfão.

Flávia Sado não só realizou o trabalho de escaneamento e pré-catalogação de todos aqueles fascículos, como elaborou projeto de dissertação de mestrado a partir da seguinte problematização: como se formam as lógicas de produção de arquivo para o consumo de memória materializados na Coleção Nº 1? Esta foi uma das primeiras perguntas que a pesquisadora pode fazer aos documentos para retirá-los da condição de orfandade, emudecidos, para transformá-los em memória arquivada, no sentido de Paul Ricoeur: aberta a mais questionamentos.

Durante a pesquisa, a discente apresentou cinco (5) *papers* em Congressos Nacionais e Internacionais em que mostrou as etapas da investigação que durou dois anos e culminou com a disposição do material no sistema Pergamum, podendo atender aos públicos internos e externos, e nas prateleiras da biblioteca da escola. Vale dizer que o projeto de colocar o material na biblioteca contou com a participação dos alunos do Curso de Design que elaboraram a identidade visual da Coleção. Abaixo, apresentamos uma sequência de imagens (figuras 1, 2 e 3) que traz a coleção disponível no segundo andar, antes do trabalho de Flávia, e depois, na biblioteca.

Figura 1 - Coleção Nº 1 – 23 escaninhos com total de 995 fascículos, indisponível à consulta



Fonte: Fotografia Flávia Sado, 2020

Figura 2 - Materiais disponíveis na biblioteca da escola para consulta pública contando com identidade visual



Fonte: Fotografia Flávia Sado, 2020

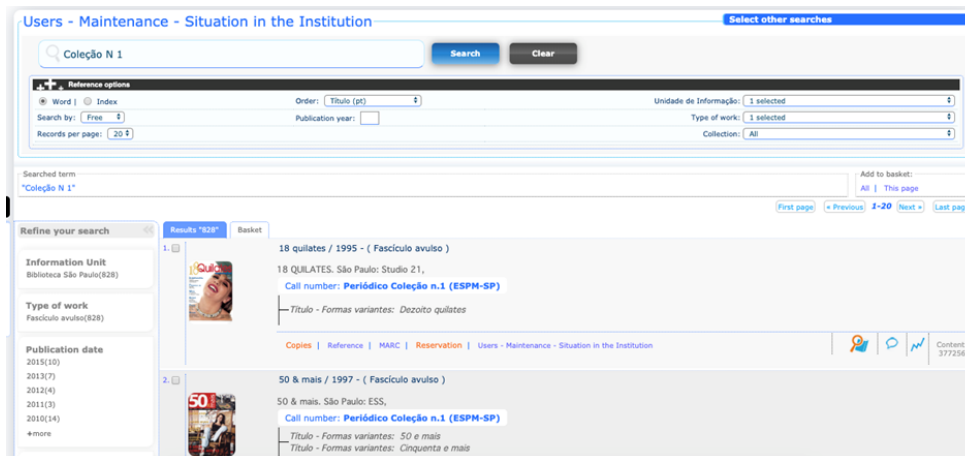
Figura 3 - À esquerda, José Francisco Queiroz e parte de sua coleção. À direita, a Coleção nº1 disponível e identificada na biblioteca



Fonte: Fotografia Flávia Sado, 2020

Transformada em arquivo público, acessível igualmente ao público externo por meio da inserção da Coleção no sistema Pergamum (figura 4), a Coleção nº1 destina-se a mais perguntas.

Figura 4 - Imagem da inserção informacional da Coleção nº1 no sistema Pergamum



Fonte: (SADO, 2020)

A pesquisa de Flávia resultou na dissertação *Comunicação e consumo de vestígios e promessas: estudo da Coleção Nº 1, suas lógicas de produção e de arquivo* defendida no PPGCOM em abril de 2020 cujo Resumo transcrevemos abaixo:

Esta pesquisa discorre acerca da temática da memória, dentro de dinâmicas culturais, as quais proporcionam formação de arquivos. Trazemos como objeto teórico a lógica de produção de arquivos e como objeto empírico a Coleção Nº 1. Esta coleção é um conjunto de 995 fascículos datados de 1947 a 2015, caracterizados por serem primeiros exemplares, doados por José Francisco Queiroz à Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Na tentativa de responder o seguinte problema de pesquisa: como se formam as lógicas de produção de arquivo para o consumo de memória materializados na Coleção Nº 1, fazemos uso da teoria fenomenológica da memória de Ricoeur (2007), da teoria da Semiótica da Cultura (LOTMAN, 1996, 2009) e os circuitos culturais elaborados por Johnson (1986; 2006). Temos então como objetivo geral mapear as lógicas de produção da Coleção Nº 1 e os princípios que fazem entendê-la como um arquivo e como objetivos específicos definir o que entendemos por coleção e apresentar no que consiste a Coleção Nº 1 e como foi sua formação; contextualizar a Coleção Nº 1 como parte de uma semiosfera e um circuito cultural tencionando o processo de tratamento das informações da referida coleção e sua inserção no acervo da biblioteca ESPM, com os conceitos de arquivo e documento; listar âmbitos conceituais que implicam tanto na tessitura da memória como nas lógicas de produção de arquivos e exemplificá-los com o universo da Coleção Nº 1. A pesquisa se caracteriza por ser um trabalho teórico que faz uso de referenciais bibliográficos na construção da sua argumentação e aponta em seu objeto empírico a materialidade dos conceitos e processos abordados. A metodologia observação participante percorre todo o trabalho ao demonstrar os processos operacionais realizados na forma como eles foram vivenciados. O resultado de concebermos a Coleção Nº 1 como um arquivo é devido não apenas das necessidades do colecionador, mas de uma ânsia comum a todo o ser humano de não querer perder

as lembranças e conhecimentos adquiridos ao longo da vida, junto à preocupação de que no futuro nossos contêrrâneos, também, tenham essas informações disponíveis. Essa pulsão de produção de arquivos que se inicia ao evidenciarmos a fragilidade e efemeridade de nossa memória, vê a necessidade de apoiá-la em outras materialidades (SADO, 2020).

Com este trabalho, atingimos os objetivos propostos: disponibilizamos parte do material do antigo instituto cultural ao público, contribuindo para a geração de impacto social e do mesmo modo promovemos pesquisa científica.

Novas perguntas estão sendo tecidas em novos projetos. Atualmente a Coleção nº1 é alvo de trabalho curatorial para integrar uma exposição na plataforma Google Arts & Culture. Agora são as capas das histórias em quadrinhos encontradas na Coleção que sofrem não apenas tratamento informacional, mas artístico. Nova equipe se encontra reunida para estabelecimento de núcleos expressivos, prototipagem, pesquisa editorial sobre os contextos das capas dos quadrinhos, entrevistas com o colecionador, José Francisco Queiroz, com roteiristas e ilustradores, delimitação de recursos multimídias para compor a exposição intitulada *Coleção nº1 Quadrinhos: entre Acasos e Intencionalidades*.

A Cátedra também participa de ação institucional voltada às comemorações dos 70 anos da ESPM. O objetivo aqui é reunir entrevistas de ex-presidentes e presidente atual da escola assim como nomes relevantes para a história da instituição. Ainda há muito a realizar, e sabemos das incompletudes que cercam qualquer atividade relacionada aos arquivos e sobretudo à memória. Porém, sabemos também que textos são moventes e a memória, dinâmica. Aberta às inquietações do tempo presente, as escavações da memória reconstroem passados e projetam futuros; os arquivos são seus operadores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos traçar um percurso sobre a dimensão plural e os desafios que envolvem as temáticas da memória, dos arquivos e das instituições. Implicados no contexto brasileiro e nas incompletudes arquivais, apresentamos como os projetos memoriais também fazem parte da esfera institucional. A partir de propostas conceituais que se entrelaçam quando pensamos nas práticas arquivísticas e da memória, abordamos o estudo de caso Cátedra Memória-Instituto Cultural ESPM.

Sob essa perspectiva, relatamos a experiência acadêmica proposta pela criação de cátedras nas quais pesquisadores tomam à frente o desafio de conduzir projetos de pesquisa ou recortes temáticos a partir de acervos públicos ou privados, a exemplo do que trazemos sobre a Coleção nº1.

Dada à complexidade e relevância dessa discussão, entendemos que não seja possível esgotá-la neste artigo, porém, ressaltamos a necessidade de compreensão e reconhecimento das múltiplas possibilidades de preservação e conservação da memória sociocultural e midiática das instituições, principalmente, quando pensamos na ambiência digital.

REFERÊNCIAS

BOISDEFFRE, Martine de. Entrevista: Tradição arquivística à francesa. In.: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. V. 45, pp. 8-19, Belo Horizonte, 2009

CAMARGO, Ana Maria., GOULART, Silvana. **Centros de Memória: uma proposta de definição**. São Paulo: Edições Sesc, 2015.

COLOMBO, Fausto. **Os arquivos imperfeitos**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DE CERTEAU, Michel. L'espace de l'archive ou la perversion du temps. **L'Archive, Traverses/36**. Paris: Centre National d' Art de Culture Georges Pompidou/Centre de Création Industrielle/ janvier, 1986.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

LOTMAN, Iúri. **La semiosfera** vol.1. Madrid: Cátedra, 1996.

NASSAR, Paulo. **Relações Públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações**. São Caetano do Sul. São Paulo: Difusão Editora, 2007.

PARRELA, Ivana; NASCIMENTO, Adalson. Memória Institucional e Arquivologia: uma discussão teórico-metodológica. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 24, n. spe, p. 176-188, Mar. 2019. Disponível em.: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362019000600176&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 set 2020.

PAZIN, Marcia. A valorização da memória na gestão institucional. 7 agosto 2015. **Observatório Itaú Cultural**. Disponível em: < <https://www.itaucultural.org.br/a-valorizacao-da-memoria-na-gestao-institucional>>. Acesso em 10 set 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vol. 2. n. 3, 1989, p 3-15. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2278/1417>

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RUEDA, V. M. S. Freitas, A. Valls, V. M.. Memória Institucional: uma revisão de literatura. In.: **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 78-89, abr. 2011. Disponível em.: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/46587> Acesso em: 13 set 2020.

SADO, Flávia de Vasconcellos Protta. **Comunicação e consumo de vestígios e promessas: estudo da Coleção nº1, suas lógicas de produção e de arquivo**. Dissertação (mestrado) – ESPM. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo, São Paulo, 2020.

SEIBT, Daniela. A comunicação da Memória Institucional: Silêncios e esquecimentos no discurso memorialístico das organizações. In.: **Comunicologia**. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br/index.php/RCEUCB/article/viewFile/8673/5390> Último acesso: 13 set 2020.

TOTINI, Beth., GAGETE, Élida. Memória empresarial – uma análise da sua evolução. In.: NASSAR, Paulo (org). **Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações**. São Paulo: Aberje. 2004.

Notas

¹ Mais informações em <https://cpdoc.fgv.br/>

² Ver mais em Lei de Arquivo N°8.159, de 8/1/1991